

CENTRO UNIVERSITÁRIO SAGRADO CORAÇÃO



ALESSANDRA CRISTINA VALOTTI TAVARES

**A (RE) CONSTRUÇÃO DA TRAJETÓRIA EDUCACIONAL NO
BRASIL: UMA LEITURA DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA
COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO E FORMAÇÃO DO
ALUNO**

Bauru

2022

ALESSANDRA CRISTINA VALOTTI TAVARES



**A (RE) CONSTRUÇÃO DA TRAJETÓRIA EDUCACIONAL NO
BRASIL: UMA LEITURA DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA
COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO E FORMAÇÃO DO
ALUNO**

Monografia de pesquisa de Iniciação Científica apresentada à Pró- Reitoria de Graduação sob a orientação da Prof^a. Dra. Patricia Aparecida Gonçalves de Faria.

Bauru

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com
ISBD

T231r

Tavares, Alessandra Cristina Valotti

A (re) construção da trajetória educacional no Brasil: uma leitura do ensino de Língua Portuguesa como instrumento de transformação e formação do aluno / Alessandra Cristina Valotti Tavares. -- 2022.

34f.

Orientadora: Prof.^a Dra. Patricia Aparecida Gonçalves de Faria

Monografia (Iniciação Científica em Letras Inglês - Licenciatura) - Centro Universitário Sagrado Coração - UNISAGRADO - Bauru - SP

1. Língua Portuguesa. 2. História da Educação. 3. Cidadão crítico. I. Faria, Patricia Aparecida Gonçalves de. II. Título.

Elaborado por Lidyane Silva Lima - CRB-8/9602

Dedico a todos que acreditam na educação no Brasil e lutam por ela.

Falo não por mim, mas por aqueles sem voz... aqueles que lutaram por seus direitos... seu direito de viver em paz, seu direito de ser tratado com dignidade, seu direito à igualdade de oportunidade, o seu direito de ser educado. (Malala Yousafzai)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que me concedeu a vida e a oportunidade de percorrer uma trajetória de muitos obstáculos, mas com grandes vitórias até aqui.

À minha mãe Valentina, que mesmo não me apoiando nessa busca por conhecimento, me educou de forma exemplar e me fez ser uma mulher responsável e de caráter, mesmo sozinha ela sempre cuidou de mim e fez tudo que pode ainda que com poucos recursos e pouca instrução, obrigada mãe. Ao meu pai Nelson, que mesmo de longe e participando tão pouco nunca deixou de dizer a todos o quanto ele se orgulha e me admira. A minha filha Leticia, que tem sido minha companheira nessa jornada universitária e que sempre me incentiva e está do meu lado, já passamos tantas coisas juntas e ela sempre segurou minha mão e me fez acreditar em minha capacidade de conquistar. As minhas filhas Ana Laura e Lorena, que entendem meus momentos de ausência dedicados aos estudos e que me amam incondicionalmente em todos os momentos. Agradeço ao Adenilson Tavares, por tudo durante tantos anos, obrigada.

Não posso deixar de agradecer a mim, pois sei que tudo que tenho feito tem sido uma grande loucura, e que poucos me entendem, mas que eu sei que essa busca por conhecimento é vital para que eu sobreviva, pois preciso sempre entender, buscar e me aprofundar, não sei viver no raso. Agradeço a mim, por vencer e persistir, mesmo em meio a tantos obstáculos.

Agradeço à minha orientadora e professora Patrícia Faria, excelente profissional, que acreditou em mim e na minha proposta desde a primeira vez em que conversamos.

Finalmente, agradeço ao Centro Universitário do Sagrado Coração e meus professores, que me inspiram, e que são corresponsáveis pela minha formação, professores esses, que me incentivam e acreditam em mim sempre. Obrigada por cada abraço, mensagem, atenção e tempo que disponibilizaram a mim.

“Dê a todas as pessoas os seus ouvidos, mas a poucas a sua voz.”

(William Shakespeare)

SUMÁRIO

Introdução e Revisão de Literatura.....	11
Materiais e Métodos.....	15
Resultados e discussão dos resultados	16
Considerações Finais.....	32
Referências.....	33

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar os significativos e desafiadores avanços que ocorreram na História da Educação, principalmente no que se refere à sua forma de inserção na Política Social da Educação com foco para o ensino Língua Portuguesa. Nesse sentido, a pesquisa “A (re) construção da trajetória educacional no Brasil: uma leitura do ensino de Língua Portuguesa como instrumento de transformação e formação do aluno” almejou resgatar o percurso histórico do ensino da educação no Brasil, desde os primórdios, passando pelas Leis de Diretrizes e Bases até chegarmos na BNCC, a fim de mostrar como aconteceu, efetivamente, o percurso educacional em prol da formação do cidadão consciente e crítico. No entanto, pretendemos, ainda, ao trilhar a análise pedagógica diacrônica, compreender como as diversas reformas governamentais, que ocorrem há séculos, muitas vezes sem discussão efetiva, impactaram e impactam o ensino de Língua Portuguesa, que na maioria das vezes, foi alicerçado apenas no ensino da gramática normativa o que, por sua vez, ocasionou e ocasiona uma total e completa falta de habilidade no uso da própria língua materna, gerando assim, um problema de inadequação constante em seu uso trazendo, conseqüentemente, sérios problemas como cidadãos, que estão inseridos em uma sociedade desigual. Partimos para um levantamento dessa trajetória histórica, a fim de compreender como se deu esse processo no âmbito educacional com foco no ensino de Língua Portuguesa, e como esse processo impactou a educação, se de forma positiva ou negativa, e a formação desse cidadão para a sociedade de sua época. Ainda neste projeto tentamos expor todas as fragilidades, lacunas, avanços e conquistas da educação no Brasil ao longo de décadas até os dias de hoje, e, como a língua portuguesa se faz necessária para essa construção, e que tipo de formação conseguimos alcançar com a língua ministrada da forma como foi até o presente momento em nosso país, às vezes, com mínimos recursos, muitas mudanças ao longo do percurso, com projetos que se perderam com o tempo, e a falta de efetiva continuidade e de um bom e eficaz sistema progressivo educativo.

Palavras-chaves: Língua Portuguesa. História da Educação. Cidadão crítico.

ABSTRACT

This research aimed to analyze the relevant and challenging advances that have occurred in the education of history, especially regarding its form of insertion in the Social Policy of Education with a focus on teaching the Portuguese Language. In this regard, the research “The trajectory (re)construction trajetory education in Brasil: an analysis of Portuguese teaching as an instrument of transformation and student development” sought to rescue the historical timeline of education in Brasil, passing through the Laws of Directives and Bases up until the BNCC, in order to show how the educational path effectively favored the formation of conscious and critical citizens. However, we still intend to follow through a diachronic pedagogical analysis to understand how the many governmental reforms, which have taken place for centuries and often without effective discussion, have impacted Portuguese teaching, which in most cases, was based only on the normative grammar, which in turn have caused a total and complete lack of ability in the use of their own mother tongue, thus generating a problem of constant inadequacy in its use, consequently bringing serious problems to the population inserted in our biased society. We started with a survey of this historical trajectory and how this process impacted education, whether positively or negatively and the formation of the citizens for the society of their time. We also try to expose all the weaknesses, gaps, improvements and achievements of education in Brazil over the decades to the present day and how the Portuguese language is necessary for this construction, and what kind of training was implement for the way the language teaching has been taught in Brazil until the present, sometimes with minimal resources and many changes along the way, with projects that were lost over time, and the lack of effective continuity and a good and efficient progressive educational system.

Keywords: Portuguese Language, History of Education, Critical Citizen

1. Introdução e Revisão da Literatura

Como é de conhecimento, é por meio da educação que o homem se insere na cultura, ou seja, a educação é primordial para o desenvolvimento social, pois sem ela, até mesmo as sociedades mais avançadas retornariam ao mais primitivo estado em pouco tempo. Logo, é por meio do processo educativo que formamos professores, psicólogos, médicos, dentistas, engenheiros, cientistas, entre outros profissionais, responsáveis por partilhar conhecimento, enfim, é pela educação que as pessoas se tornam cidadãos críticos e acrícos no âmbito social que estão inseridas.

A educação, por sua vez, coincide com a própria História da humanidade e as suas origens se aglutinam com a origem do próprio homem. Compreender e estudar a educação é compreender que a escola tem como papel social proporcionar ações para os direitos sociais. Portanto, a educação atualmente, tem o papel de possibilitar e oferecer alternativas para que as pessoas que estejam excluídas do sistema possam ter a oportunidade de se reintegrar a ele, no processo de inserção dos direitos os sociais.

O ensino de Língua Portuguesa, por sua vez, exerce forte impacto nesse processo de aquisição da cultura e da integração do indivíduo enquanto ser crítico, e acríco, no espaço social. No entanto, é comum observarmos, ainda hoje, em muitas instituições de ensino, uma dicotomia em relação às práticas pedagógicas nas aulas de Língua Portuguesa.

Por um lado, temos uma metodologia voltada exclusivamente para o ensino da gramática normativa. Em outras palavras, esse método valoriza as partes segmentadas da Gramática, com ênfase na Fonologia, na Morfologia e na Sintaxe, por meio de frases soltas, descontextualizadas. Logo, não se preocupam, primordialmente, com metodologias que enfoquem o protagonismo discente. Do outro lado, temos uma metodologia ancorada no ensino de metodologias ativas que valorizam análises e interpretações de situações problemas a partir dos gêneros textuais a fim de contextualizar o ensino e inserir o aluno como protagonista.

A possível explicação para a permanência, ainda na atualidade, de metodologias ancoradas exclusivamente no ensino de uma Gramática fragmentada, conforme aponta Soares (1996) está na tradição construída a partir do Século XIX,

quando, tardiamente, a disciplina Português passou a fazer parte dos currículos escolares brasileiros, uma vez que o que se tinha até então era a Língua Portuguesa para a alfabetização. Enfim, até meados do Século XVIII, quando ocorreu a Reforma Pombalina, os jesuítas dominavam o ensino brasileiro com sua metodologia pedagógica, na qual não havia espaço para a língua portuguesa.

Assim, foi só na virada do Século XX que o Latim perdeu o seu valor social, passando a ser excluído dos ensinamentos fundamental e médio. Diante dessa situação, surgiram inúmeras publicações de gramáticas brasileiras a partir do Século XIX, fato que, deve-se também, à implementação da Imprensa Régia, em 1808. É, portanto, a partir dessa perspectiva que a gramática portuguesa foi ganhando autonomia, libertando-se do papel secundário frente aos estudos do latim.

Tal acontecimento facilitou o surgimento das gramáticas escritas por professores que eram dirigidas aos discentes com foco na importância dos estudos de gramática na escola. A este respeito, Bunzen e Roxo (2005, p. 80), nos diz que “os autores de livros didáticos e os editores passam, portanto, a ser autores decisivos na didatização dos objetos de ensino e, logo, na construção dos conceitos e capacidades a serem ensinados.”

Outra reviravolta no cenário educacional aconteceu no século XX, mais especificamente, em 1996, com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), em que o objetivo principal era expandir e melhorar a qualidade do sistema educacional a fim de fazer frente aos desafios de um mundo tecnológico com diversas transformações. Nesse sentido, uma das mudanças mais significativas trazidas pela nova LDB, tivemos a inclusão do Ensino Médio como etapa final da educação básica (Art. 36), “com sua oferta sendo um dever do Estado, numa perspectiva de acesso para todos aqueles que desejarem” (PCN, 1999, p. 21).

Ainda no final do Século XX, outra mudança foi importante: a instituição dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), com uma proposta de um currículo baseado em competências básicas e não mais no acúmulo de informações, ou seja, a aprendizagem apresentava vínculos com os diversos contextos da vida dos alunos.

E, mais recentemente, a partir de 2018, temos à implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), conforme aponta o próprio documento que afirma que ela tem um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo que

tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN).

Assim, ao percorrer sucintamente, nesse projeto, o percurso trilhado pela história da educação, com foco no ensino de Língua Portuguesa, alguns questionamentos se fazem necessários: como ocorreu a evolução do processo educacional no Brasil? Esse processo sempre esteve alicerçado no ensino da Gramática Normativa? Quando foram efetivamente inseridos no ensino da Língua Portuguesa metodologias capazes de inserir o educando enquanto cidadão crítico? Tal inserção ocorreu apenas no século XX? A inclusão dos gêneros textuais nas aulas de Língua Portuguesa contribuiu para a valorização de análises contextualizadas e críticas? O que poderia ser revisto no âmbito do ensino de língua portuguesa, ao longo do tempo e na atualidade, para que haja um melhor reconhecimento e aplicação dessa língua materna?

É, portanto, a partir dessas indagações que buscaremos verificar nesse corpus até que ponto o processo educacional no Brasil, com foco no ensino da Língua Portuguesa, inseriu o indivíduo no âmbito social, a partir de análises críticas e contextualizadas; pretendemos, ainda, analisar se nesse processo diacrônico, somente a Gramática foi priorizada como metodologia nas aulas de Língua Portuguesa e, quando esse instrumento educativo foi repensado e reavaliado como prática pedagógica. Buscaremos, ainda, observar a que passos andam as efetivas mudanças para o ensino da língua portuguesa no Brasil com o intuito de pontuar tentativas de ações concretas e efetivas no âmbito educacional, não só da língua, mas também, do cidadão que carece de constante educação e ensino.

Desse modo, após o início das pesquisas, buscamos cada vez mais os pontos que ligavam e unificam a educação no Brasil com a língua portuguesa. Neste sentido, utilizamos estudos que foram realizados ao longo do tempo, e também atuais, que

possuem o embasamento necessário para determinar os passos importantes e decisivos para a educação como um direito a ser cumprido e que é essencial. Esses documentos analisados mostram que a educação foi e vem sendo conquistada em nosso país arduamente, e que, o cidadão só consegue seu papel quando recebe a educação e o domínio de sua língua materna de forma a inseri-lo na sociedade plenamente.

Diante de tal perspectiva, um estudo aprofundado e objetivo nos leva a refletir o futuro da educação e o ensino de língua portuguesa no país, trazendo inquietações e buscando futuras medidas para uma melhor evolução educativa. Logo, os seguintes objetivos foram estudados e analisados ao longo da pesquisa, sendo eles:

- Estudar o percurso educacional no contexto brasileiro, com foco no ensino de Língua Portuguesa;
- Verificar até que ponto o processo educacional, no Brasil, com foco no ensino da Língua Portuguesa, inseriu o indivíduo no âmbito social, a partir de análises críticas e contextualizadas;
- Analisar, a partir de um percurso diacrônico do ensino no Brasil, se o ensino da Gramática foi priorizado como metodologia nas aulas de Língua Portuguesa e, se esse instrumento educativo foi repensado e reavaliado;
- Analisar a que passos andam as efetivas mudanças para o ensino da língua portuguesa no Brasil com o intuito de pontuar tentativas de ações concretas e efetivas no âmbito educacional, não só da língua, mas também, do cidadão que carece de constante educação e ensino.

Portanto, as pesquisas se iniciaram com textos, livros e documentos de M. Pimentel, J.C. Silva e Souza, Soares e L. C. Romanelli, que nos levaram a compreender pontos importantes e fundamentais para a plena continuidade da pesquisa. Assim, para o relatório final continuamos nos aprofundando nas leituras e análises a fim de nos levar a uma total imersão na História da Educação no Brasil, tendo um foco especialmente voltado para o Ensino de Língua Portuguesa, a partir de 1940, que serão analisadas com profundidade ao longo desta pesquisa. Além disso, foram analisados os Parâmetros

Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum Curricular a fim de compreender os objetivos propostos em nosso projeto de pesquisa.

O projeto tem como principal objetivo conhecer e traçar o percurso da educação no Brasil com o foco principal voltado para o ensino da língua portuguesa, visando assim, as consequências que esse processo deixou na sociedade, resgatando a importância do estudo da língua para a formação do cidadão crítico em uma sociedade mais bem preparada para alcançar novos progressos na educação do país. Desta maneira, nessa primeira fase da pesquisa tentaremos traçar a história da educação no Brasil, até o início do século XX, fazendo a ligação com o ensino de língua portuguesa, para definirmos os avanços e as lacunas deixadas com esse processo na vida do cidadão falante dessa língua, e, como o ensino pode transformá-lo em uma parte diretamente participante desse processo histórico em constante evolução.

A revisão bibliográfica foi desenvolvida durante os meses de setembro de 2021 até agosto de 2022. Foram lidos artigos, estudos e livros sobre história da educação no Brasil e sobre o ensino de língua portuguesa no Brasil. Para se atingir o objetivo do projeto de pesquisa, a foi feita durante doze meses, focando a pesquisa e a leitura sobre textos, artigos e obras sobre documentos, leis e diretrizes com foco na História da Educação no Brasil, mais especificamente o ensino de Língua Portuguesa. Desta forma, visamos comprovar o estudo dos textos e absorver os conteúdos e os objetivos do estudo até culminar na finalização da pesquisa.

2. Materiais e métodos

Os objetivos deste trabalho foram alcançados a partir do material bibliográfico que teve como objetivo o uso de material específico sobre o que é concernente ao

tema escolhido, mantendo assim o foco necessário para o total e pleno desenvolvimento proposto pelo estudo.

Na primeira etapa, mesmo tendo consciência que a bibliografia poderia ser ampliada conforme as etapas da pesquisa, levantamos algumas bases teóricas que foram de fundamental importância para o ponto de partida de nossa hipótese, como a proposta do estudo desenvolvido por Romanelli (2014) e Soares (1996) que serviu de apoio para os questionamentos iniciais dos estudos de análise, agregadas com as proposições de outros teóricos como Proença Filho (1973), entre outros. Logo, este momento do trabalho consistiu na leitura e no fichamento das obras teóricas selecionadas relativas à História da Educação no Brasil, com ênfase nos textos relacionados ao início da história da educação do Brasil até o início do século XX, com foco na Língua Portuguesa a fim de detectar até que ponto esse ensino contribuiu ou não para a formação do cidadão crítico.

Logo, na segunda etapa foi feita a leitura de obras que discursam sobre legislação educacional. Para tal intento, foi necessária a abordagem das seguintes legislações: Parâmetros Curriculares Nacionais - Língua Portuguesa e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), dentre outras. Este momento do trabalho consistiu na leitura e no fichamento das obras teóricas selecionadas relativas às legislações que fizeram e ainda fazem parte do contexto educacional brasileiro. Além disso, com o intuito de constatar a importância do estudante enquanto sujeito protagonista das ações educacionais, a partir do ensino da língua portuguesa, serão agregados alguns teóricos com seus estudos como Antunes (2014), Marcuschi (1983, 2001, 2002), Brait (2000), dentre outros.

Por fim, esses fichamentos foram analisados e inseridos no relatório parcial, relatório final, monografia e nas apresentações de trabalho acerca da temática desenvolvida no corpus, como a participação no Fórum de Pesquisa do Unisagrado.

3. Resultados e discussão dos Resultados

Inicialmente, o foco da pesquisa foi a revisão bibliográfica e o fichamento das obras teóricas que dizem respeito à educação e o ensino de língua portuguesa no

Brasil presentes nos textos de Romanelli (1997), Soares (1996), entre outros como forma de cumprir com o objetivo de analisar como aconteceu aqui no Brasil o processo educacional, com foco no ensino de língua portuguesa, como uma disciplina curricular. Além disso, nossos estudos não deixaram de analisar se na história do ensino de língua portuguesa o discente era preparado para inserir-se socialmente como sujeito.

Nesse sentido, as leituras e o fichamento das obras teóricas sobre a História da Educação no Brasil também revelaram que há muitas mudanças significativas ao longo do percurso realizado desde o início da nossa educação. Logo, em nossas pesquisas, constatamos, que o português no Brasil é uma variação do português europeu falado em diferentes épocas, como uma soma que as unificaram. Em outras palavras, a nossa língua portuguesa é uma mistura de várias línguas de diferentes povos, como os indígenas e os africanos, que agregaram, na época da colonização, as peculiaridades culturais e linguísticas.

Portanto, para uma melhor compreensão da história da língua portuguesa no Brasil, sua inserção e importância para a formação do cidadão, é importante entender que com a chegada dos portugueses em solo brasileiro houve a introdução da língua portuguesa europeia no Brasil pelos portugueses, inclusive aos indígenas, enfim, uma língua nova aqui em nossas terras. Portugal precisava, de alguma forma, comunicar-se com os nativos, já que eles não falavam o português e sim línguas indígenas – a língua principal era o tupi. Os portugueses não entendiam a língua indígena e os índios não entendiam o português falado pelos portugueses, logo, para que o entendimento acontecesse era necessário que algum dos lados aprendesse a língua do outro.

Nesse sentido, Magda Soares (1996, p.157-158) pontua que:

Nos primeiros tempos de nosso país, a língua portuguesa estava ausente não só do currículo escolar, mas também, de certa forma, do próprio intercuro social (e certamente esta segunda ausência explica, ainda que parcialmente, a primeira). É que três línguas conviviam no Brasil Colonial, e a língua portuguesa não era a prevalente: ao lado do português trazido pelo colonizador, codificou-se uma língua geral, que recobria as línguas indígenas faladas no território brasileiro (estas, embora várias, provinham, em sua maioria, de um mesmo tronco, o tupi, o que possibilitou que se condensassem em uma língua comum); o latim era a terceira língua, pois nele se fundava todo o ensino secundário e superior dos jesuítas. No convívio social cotidiano, por imposição das necessidades pragmáticas de

comunicação - entre portugueses e indígenas e dos indígenas, falantes de diferentes línguas, entre si - e para a evangelização, a catequese, prevalecia a língua geral, sistematizada pelos jesuítas (particularmente por José de Anchieta, em sua Arte da gramática da língua mais usada na costa do Brasil). O português, embora fosse a língua oficial, tinha, como língua falada, "caráter de insularidade nos centros urbanos emergentes" (Houaiss, 1985: 49): com a língua geral evangelizavam os jesuítas, nela escreveram peças dramáticas para a catequese; era ela que os bandeirantes falavam, com ela é que nomearam flora, fauna, acidentes geográficos, povoações; foi ela quase sempre a língua primeira das crianças, dos filhos tanto dos colonizadores quanto dos indígenas.

Portanto, os que frequentavam à escola, no caso os meninos e a minoria privilegiada, aprendiam a ler e a escrever em português; este não era, pois, componente curricular, mas apenas instrumento de alfabetização. Até meados do século XVIII, quando ocorreu a Reforma de Estudos implantada em Portugal e nas colônias portuguesas pelo Marquês de Pombal, era predominante no Brasil, a prática pedagógica dos jesuítas, que não abria espaço para o ensino da língua portuguesa formada aqui no Brasil. Assim, o ensino jesuítico, aos indígenas, tinha como intuito catequizar e apoiar a dominação portuguesa a fim de que a exploração pudesse ocorrer de maneira "pacífica".

Nesse sentido, o ensino não era uma base comum que ligava os dois povos e, muito menos, tinha a intenção de criar cidadãos preparados e capacitados para refletir a condição a qual eram submetidos, e sim apenas uma forma de entendimento e comunicação com objetivos específicos bem delimitados pelos portugueses: dominação. Logo, o ensino não era o mesmo para os portugueses que aqui habitavam e os indígenas e os africanos, pois os primeiros recebiam um ensino diferenciado nos moldes europeus enquanto os índios e os africanos um ensino específico criado pelos jesuítas com instruções portuguesas. Enfim, o ensino dessa época, inclusive o de língua portuguesa, para os indígenas e africanos, não tinha a mínima intenção de construir um estudante crítico capaz de formar e transformar a sua condição de cidadão no âmbito social indigno e explorador; ao contrário, visava a inércia da criticidade diante da imposição da coroa e da religiosidade.

No período colonial, o ensino da língua portuguesa, no ensino primário, inicialmente, cuidava da alfabetização e, os estudantes passavam diretamente para o ensino do latim. No ensino secundário, por sua vez, estudava-se a gramática da

língua latina e a retórica, aprendida de autores latinos, como Cícero e Aristóteles. Em outras palavras, nos tempos coloniais, os mais privilegiados aprendiam a ler e a escrever em português com os jesuítas, todavia, não tinha um componente curricular intitulado língua portuguesa ou português. Enfim, era apenas um processo de alfabetização que após cumprido, o discente era introduzido ao ensino da gramática em latim, a partir de livros escritos na Roma Antiga.

Portanto, dentro desse período que compreendemos como colonial temos: primeiro o ensino a serviço da fé, segundo o ensino a serviço da coroa. Podemos, portanto, compreender esse período do ensino no Brasil voltado exclusivamente para a alfabetização de um indivíduo que pudesse ser uma mão de obra produtiva em prol dos mandos e desmandos de Portugal. Em síntese, ter o conhecimento para receber os comandos básicos para exercer o solicitado, mas jamais tornar-se um sujeito instruído e questionador.

Com base nos estudos de (ROMANELLI, 1983, p. 13) descobrimos que, infelizmente, pouca coisa se alterou, uma vez que na atualidade, muitas vezes, encaramos a educação ainda nos moldes dos legados dos jesuítas, que a viam apenas como meio de produtividade e mão de obra capacitada. O autor diz, ainda, que o problema principal é o social que está diretamente ligado a fragmentação da educação desde o Brasil colônia, gerando assim, um sistema educacional desigual e diferenciado para cada nível social no país.

De fato, o ensino da disciplina Português se inseriu muito tardiamente como obrigatório nos currículos escolares do Brasil, conforme destaca a pesquisadora Magda Soares (1996, p. 157)

estamos hoje tão familiarizados com a presença da disciplina 'língua portuguesa' ou 'português' na escola surpreendemo-nos quando verificamos quão tardia foi a inclusão dessa disciplina no currículo escolar: ela só ocorre nas últimas décadas do século XIX, já no fim do Império.

A primeira proposta de um programa de estudos distinto do método dos jesuítas surgiu somente em 1746, quando o filósofo iluminista Luís António Verney defendeu que a alfabetização deveria ser seguida pelo ensino da gramática portuguesa e, posteriormente, após dominar a nossa gramática é que estudariam o latim.

Na década de 1750, as reformas educacionais do Marquês de Pombal, seguiram a proposição de Verney e, ainda, transformaram o português na língua falada obrigatória no Brasil. Além disso, o Alvará Régio de 1759, aboliu as escolas jesuíticas de Portugal e de todas as colônias.

No entanto, apesar do ensino da gramática de língua portuguesa ter sido introduzido no país, infelizmente, era visto apenas como um apoio para compreender o latim, que foi mantido junto com a retórica, disciplinas do âmbito da linguística ainda da época do ensino jesuítico. Em síntese, a reforma educacional pombalina não mudou o conceito da língua portuguesa como língua vulgar e do latim como culto. No entanto, apesar da lentidão para a inserção no cenário nacional, não se pode negar que, de fato, “[...] as medidas impostas pelo Marquês de Pombal contribuíram significativamente para a consolidação da língua portuguesa no Brasil e para sua inclusão e valorização na escola. (SOARES, 1996, p. 160).

Conseqüentemente, a partir do decreto de Pombal, o português não passou rapidamente a ser falado por aqueles que moravam no Brasil; somente nas principais cidades litorâneas, como Rio de Janeiro, Salvador e Recife, e nas regiões de exploração de Minas Gerais é que a língua portuguesa foi rapidamente solidificada, pois nesses lugares grande parte da população era portuguesa.

Outra problemática é que a reforma educacional pombalina atingia apenas uma pequena parcela da população. Efetivamente esse processo educacional só começou a ser instalado com a chegada da família real, em 1808, como é o caso do Liceu de Artes, da Biblioteca Real, entre outros, todavia, ainda de maneira muito tímida diante da grande massa populacional.

Com a independência do Brasil, o ensino da língua portuguesa foi essencial para o processo de afirmação e identidade política e cultural do país. Desta forma, o português e sua literatura começaram a ser adotados no currículo oficial do ensino secundário. Logo, “retórica, poética, gramática - estas eram, pois, as disciplinas nas quais se fazia o ensino da língua portuguesa até o fim do Império; só então foram elas fundidas numa única disciplina que passou a se denominar ‘Português’ “. (SOARES, 1996, p. 164).

Assim, a criação do Colégio Pedro II, em 1837, no Rio de Janeiro, contribuiu para a consolidação do ensino de língua portuguesa vista como disciplina curricular.

Assim, quando em 1837 foi criado no Rio de Janeiro o Colégio Pedro II, que se tornou, durante décadas, o modelo e padrão para o ensino secundário no Brasil, o estudo da língua portuguesa foi incluído no currículo sob a forma das disciplinas retórica e poética, abrangendo esta a literatura; curiosamente, só no ano seguinte, em 1838, o regulamento do Colégio passa a mencionar a gramática nacional como objeto de estudo (Pforrn Neto et al., 1974: 191). Testemunham a presença dessas disciplinas no currículo das escolas os livros didáticos publicados na segunda metade do século XIX: são gramáticas e manuais de retórica. Significativamente, os professores do Colégio Pedro II foram autores de alguns dos principais deles. (SOARES, 1996, p. 163, grifo nosso)

Em 1854, com a reforma educacional de Couto Ferraz, os estudos e o conhecimento do ensino da língua portuguesa foram, lentamente, substituindo os textos estrangeiros por autores portugueses e brasileiros. A partir de 1871, o exame de Língua Portuguesa passou a ser obrigatório para admissão nas faculdades do Império. Nesse mesmo ano, foi criado o cargo de professor de Português, o que leva muitos estudiosos a considerarem tal fato como o marco inicial do ensino oficial da língua portuguesa no país.

Infelizmente, a disciplina de português manteve-se, de certa forma, até os anos 40 do século XX, a tradição da gramática, da retórica e da poética. Ela conservou essa tradição porque, a escola continuou atendendo a mesma clientela, ou seja, grupos socialmente e economicamente privilegiados, que eram os únicos a ter acesso à escola, a quem continuavam a ser úteis e necessárias as aprendizagens de sempre, naturalmente adaptadas às características e exigências culturais que se foram progressivamente surgindo às camadas favorecidas da sociedade.

Nesse sentido, na disciplina português até nesse período, continuou se estudando a gramática da língua portuguesa, e, além disso, se mantiveram as análises a partir de textos de autores consagrados. Em outros termos, a disciplina gramática, permaneceu com a finalidade da aprendizagem sobre o sistema da língua, e a retórica e a poética, estas sim, sob um novo viés, uma vez que a oratória foi perdendo espaço para a produção de texto, uma nova exigência social.

Embora a disciplina curricular se denominasse português, permaneciam incutidas nela as disciplinas anteriores, o que se comprova, nas cinco primeiras décadas do século XX, com dois diferentes e independentes manuais didáticos: as gramáticas e as coletâneas de textos.

no início do século, à apresentação de trechos de autores consagrados, não incluindo, em geral, nada mais além deles (nem comentários ou explicações, nem exercícios ou questionários), o que evidencia a concepção de professor da disciplina português que se tinha à época: aquele a quem bastava que o manual didático lhe fornecesse o texto, cabendo a ele, e a ele só, comentá-lo, discuti-lo, analisá-lo, e propor questões e exercícios aos alunos. Lembre-se que isso ocorria em época em que ainda não existiam instâncias de formação do professor (as faculdades de filosofia, criadas com esse objetivo, só surgem nos anos 30); o professor de português era, quase sempre, um estudioso da língua e de sua literatura que se dedicava também ao ensino. (SOARES, 1996, p. 166, grifo nosso).

Portanto, o que se vê é que iniciativas mais concretas na área da educação se deram de forma tardia e começaram a ser realmente uma preocupação a partir da Proclamação da República no Brasil. Mesmo assim a educação em meados do século XIX e início do século XX era algo com pouco interesse e investimentos por parte do governo. Conforme alguns teóricos apontam, essa divisão e demora no ensino do português como disciplina ocasionou um ensino com base na gramática normativa o que, certamente, culminou em um ensino com vistas voltadas apenas para decorebas que se afastava cada vez mais de posicionamentos reflexivos acerca dos acontecimentos sociais.

Segundo Antunes (2014) o ensino voltado somente à classificação de frases soltas, ou calcado no ensino de nomenclaturas, é tempo perdido, que poderia ser preenchido com atividades de análise, reflexão, produção e revisão dos mais diferentes gêneros textuais. Para a estudiosa o ensino de Língua Portuguesa deve prestigiar a gramática de uma forma que auxilie o professor a avançar para além da gramática normativa propriamente dita, uma vez que ela é insuficiente para o exercício da atividade verbal.

Tal situação aumentou ainda mais a lacuna existente entre aqueles que pouco sabiam, e os mais letrados, uma vez que os professores se concentravam no ensino de frases e palavras isoladas e os alunos que eram quase analfabetos não conseguiam evoluir, pois pouco contato tinha com textos que aumentariam suas possibilidades de aprendizagem e posicionamento no âmbito social enquanto sujeito.

Como é de conhecimento, o texto no ensino da língua traz possibilidades de transformações por meio de diversos gêneros textuais que ampliam a visão não só de domínio da linguagem, mas também de um maior conhecimento de mundo e

interação social que culmina em diversos conhecimentos, possibilitando uma maior inserção do cidadão na sociedade em que vive.

No entanto, até a década de 50 do século XX, a gramática normativa era a principal base do ensino da língua portuguesa até então, e esse processo acarretou alunos deficientes em sua própria língua materna e com pouca visão de mundo, impossibilitando assim um melhor aproveitamento da língua portuguesa. Podemos dizer que a educação no Brasil pouco evoluiu até a primeira metade do século XX e mudanças realmente expressivas só começaram a aparecer após essa data. Logo, foram séculos de um ensino inapropriado e que acarretou pouca eficácia na construção do cidadão crítico para o país.

A partir da primeira promulgação da Constituição de 1946 até a de 1988 mudanças significativas começaram a ser implantadas na educação do país. Somente a partir dessa época é que houve, efetivamente, a possibilidade de acesso das classes inferiores socialmente ao processo educativo, uma vez que até esse momento o número de adultos analfabetos era muito grande.

É, portanto, a partir da década de 50, que se inicia o processo de eliminação do uso dos dois manuais: gramática e uma seleta de textos para o ensino de língua portuguesa. O que se vê, a partir dessa data é só um livro que, na maioria das vezes, apresentava graficamente e separadamente a gramática em uma metade do livro e os textos na outra metade do livro.

Nos anos 1960, é que efetivamente se completa a fusão: os livros se organizavam em unidades, sendo cada uma constituída da seguinte forma: texto para interpretação e gramática. Todavia, é uma denominação inadequada para o que realmente aconteceu, pois na prática a gramática teve primazia sobre os textos, tanto nos anos 1950 e 1960. Em outras palavras, o ensino ainda estava apegado às ideias tradicionalistas advindas desde o ensino jesuíta o que, certamente, dificultou a inserção de textos que facilitassem a leitura e compreensão de textos críticos que impulsionasse a visão crítica dos alunos.

Nos anos de 1970 e nos primeiros anos de 1980, houve um hiato no protagonismo do ensino da gramática. Tal fato ocorreu, pois o português, como outras disciplinas, sofreu transformações em decorrência da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 5692/71). A nova lei, criada sob o controle do regime militar, reformulou o ensino primário e médio, colocando a educação, segundo os objetivos e a ideologia do regime militar, a serviço do desenvolvimento: a língua, no contexto

desses objetivos e dessa ideologia, passou a ser considerada instrumento para esse desenvolvimento.

Não foi uma mudança que, como as anteriores, ocorreu de maneira progressiva, em decorrência das novas condições geradas por transformações sociais e culturais trazidas pelo transcorrer histórico, ou seja, foi uma mudança advinda da intervenção feita nesse período histórico da ditadura militar.

A nomenclatura da disciplina mudou de português para comunicação e expressão, nas séries iniciais do ensino criado 1º grau. E passou a ser chamada de comunicação em língua portuguesa, nas séries finais desse grau. No 2º grau, o foco em comunicação dá lugar a denominação Língua portuguesa e literatura brasileira. Surge, ainda, nessa época a disciplina teoria da comunicação para análise da língua. Os conteúdos passam a ser utilitários, pois os comportamentos dos alunos são analisados como emissor e receptor de mensagens, por meio da utilização e da compreensão de códigos, como verbais e não-verbais, essas mudanças, inclusive, apareceram nos livros didáticos.

Nesse sentido, a gramática é minimizada e os textos não eram escolhidos exclusivamente por critérios literários, mas também, na presença das práticas sociais, textos de jornais e revistas, histórias em quadrinhos, publicidade, humor passam a dividir espaço com os textos literários. Logo, utiliza-se a interpretação do texto verbal e também do não verbal. A linguagem oral, por sua vez, volta a ser valorizada no âmbito da oratória e da comunicação do dia a dia. Outro fator importante é que aparecem pela primeira vez nos livros didáticos de língua portuguesa exercícios de desenvolvimento da linguagem oral. Além disso, os livros didáticos eram ilustrados e coloridos devido ao desenvolvimento da indústria gráfica no Brasil.

A partir dos anos 80, temos ainda, a contribuição das ciências linguísticas ao ensino do português, uma vez que foram introduzidas nos currículos de formação de professores já nos anos de 1960, mas que só chegaram na prática nos anos 80, inicialmente, a linguística e, posteriormente, a sociolinguística, a psicolinguística, a linguística textual, a pragmática, a análise do discurso.

As ciências linguísticas, com foco na Sociolinguística, inseriram nas escolas as diferenças entre as variedades linguísticas faladas pelos alunos e a norma de prestígio. Portanto, a democratização da escola e o acesso de alunos pertencentes às camadas populares à escolarização juntamente com o ensino da disciplina português, normalmente, introduzida às camadas privilegiadas da população, passa

a fazer parte do cotidiano de alunos que trazem para a sala de aula as variedades linguísticas.

Além disso, a vertente da linguística textual ampliou a concepção dos estudos da gramática para fins didáticos, ou seja, a gramática não devia se limitar somente às estruturas fonológicas e morfossintáticas. Em outras palavras, o ensino nas aulas de língua portuguesa deveria utilizar o texto a fim de não se prender no estudo das palavras e frases. Se não bastasse, a linguística textual ainda trouxe para o ensino de língua portuguesa uma nova forma de tratar o texto a partir da oralidade.

A pragmática, também, é de grande importância para o ensino da língua portuguesa, uma vez que vê a língua como enunciação, ou seja, a língua é vista sob o viés das relações daqueles que a utilizam, com o contexto em que é utilizada, com as condições sociais e históricas de sua utilização. Logo, essa concepção alterou o ensino da leitura, da escrita, da oralidade, e até mesmo ensino da gramática. Logo, essas mudanças serviram de suporte para a ampliação do repertório do aluno o que, por sua vez, amparou o posicionamento crítico desses leitores que não enxergavam o ensino da língua portuguesa apenas como um instrumento de regras e normas em frases isoladas.

Além da linguística, outras áreas tiveram um papel importante em toda mudança que ocorreu após a década de 80, sendo elas: história da leitura e da escrita, sociologia da leitura escrita e a antropologia da leitura e da escrita. Essas áreas aproximaram o ensino da língua portuguesa com a história. Diante dessa nova perspectiva dúvidas surgiram, como: que função a leitura e a escrita têm no grupo social e cultural a que o aluno pertence? e será que esse ensino e todas essas formas se farão suficientes para uma formação boa e eficaz do aluno como cidadão?

O que se percebeu é que era preciso fazer uma articulação dessas novas perspectivas com o ensino da língua para, efetivamente, definir quais contribuições dessas áreas caberiam e seriam importantes agregar ao estudo da língua portuguesa. Essas articulações e definições tiveram um papel importante na criação dos parâmetros nacionais da educação e na formação do currículo que, baseado na história da língua materna foi se adequando ao longo do tempo e se reformulando para tentar se adequar cada vez mais aos desafios e as exigências da educação no Brasil.

Por causa dessas transformações os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS) foram elaborados pelo Governo Federal com o objetivo de *orientar os*

educadores e, conseqüentemente, garantir aos educandos o direito à cidadania. Mesmo não sendo obrigatórios, os PCNs nortearam e ainda norteiam os professores, coordenadores e diretores, que podem adaptá-los às peculiaridades locais. Os PCNs nada mais são do que uma referência para a transformação de objetivos, conteúdos e didática do ensino.

Em outras palavras, foram organizados para servir como uma referência de fonte a ser consultado no ensino da língua, definindo áreas e implicações no seu ensino. Logo, segundo os PCNs, a aprendizagem da língua na escola deve ser analisada a partir da junção de três fatores variáveis e articuláveis que são: o aluno, a língua e o ensino.

Como demonstra em seu documento, o aluno é o sujeito da ação do aprender que possui como objetivo o conhecimento/ensino que, por sua vez, é a língua portuguesa que se fala e escreve dentro e fora da escola. Para acontecer essa mediação o papel do professor é fundamental, pois ele dará todo o suporte e aparato para eficácia desse sistema integrado. Essa integração é de extrema importância, pois mesmo nas culturas e formas mais modernas de educação existentes, o papel empregado pelo professor na vida do aluno não pode ser considerado supérfluo, pois a base de conhecimento, a técnica da aprendizagem, a direção de conteúdo e o suporte para o aluno se faz por meio do professor.

Assim, para comprovar a influência positiva do uso dos memes e metodologias ativas nas aulas de Língua Portuguesa, foi feita uma pesquisa na 3ª série A, do ensino médio da EE. Prof. Eduardo Velho Filho, na cidade de Bauru, no dia 11 de junho de 2021, às 9h10 por meio da plataforma Google Meet, por conta da pandemia COVID-19 e o então vigente ensino remoto emergencial.

A temática da aula foi sobre os tipos de Sujeito, apresentada por meio de slides explicativos e dinâmicos, além de exercícios de interpretação e identificação de cada tipo de sujeito por meio da interpretação de cada meme selecionado. A aula teve início com um brainstorm sobre Sujeito, então foi perguntado aos alunos o que vinha

em suas mentes ao pensarem sobre o tema, os quais responderam por meio do chat da plataforma e pelo microfone da chamada.

Após a discussão, foi explicado o conceito de Sujeito e a confirmação dos palpites dos estudantes acerca do conteúdo, que foi exposto sendo relacionado a um meme que tinha algum tipo de conexão com ele.

Ao final da exposição e solução de dúvidas, os alunos foram convidados a fazerem a rotina de pensamento “Nomeie, Descreva, Aja!”, como forma de relembrem o que foi dito durante a aula e terem noção do que conseguiram aprender por meio da aula de Língua Portuguesa com memes. Assim, dúvidas foram tiradas e os estudantes responderam, inicialmente, o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (Anexo D) e, em seguida, ao questionário intitulado “Uso dos memes nas aulas de Língua Portuguesa”.

Isso posto, diante de tal perspectiva, conclui-se que a prática do professor de Língua Portuguesa deve ser pautada na construção de pontes entre o uso acadêmico e social da linguagem. Nesse sentido, justifica-se a utilização dos memes como tal recurso como forma de trazer o ambiente digital, bem como os interesses dos alunos para a sala de aula, relacionando seu conhecimento de mundo com o conhecimento científico, provando que o processo de ensino e aprendizagem pode ser prazeroso, divertido e significativo.

Como podemos comprovar nesse estudo, a introdução do ensino de língua portuguesa por meio de bases textuais foi introduzida tardiamente, de forma gradativa e, muitas vezes, com certa relutância. O PCNs nos diz que, o valor do texto vem de uma demanda histórica que se revela de formas diferentes em cada momento estando diretamente relacionadas com a parte social. Hoje os níveis de leituras e escritas tem aumentado, se olharmos em relação a pouco tempo atrás.

Podemos dizer que as práticas textuais trazem um desenvolvimento eficaz e satisfatório da linguagem o que colabora com a busca pelo conhecimento e o processo da reflexão. Os Parâmetros Curriculares Nacionais vêm, ainda, mostrar que existem finalidades importantes inseridas nesse tipo de ensino baseado na linguagem textual e não mais apenas na gramática, pois eles favorecem a reflexão crítica e a imaginação do aluno, possibilitando a formação de pensamentos que inserem de forma mais plena na vida social.

Nesse viés, é importante destacar que o ensino a partir da perspectiva dos textos não está limitado apenas ao ensino de Língua Portuguesa, mas também a

todas as outras disciplinas inseridas nos currículos, uma vez que elas precisam e dependem de uma base textual para o processo do ensino e aprendizagem. Assim, conclui-se que o ensino textual é uma base fundamental para às aulas de Língua Portuguesa, pois a leitura, a interpretação e a produção de textual aumentará significativamente o nível de compreensão dos alunos, inclusive das outras áreas de conhecimento.

Conforme constatamos em nossos estudos realizados até aqui, a partir da década de 80, o processo do ensino e da aprendizagem começou a ser mais discutido a partir da perspectiva da qualidade ofertada, com um olhar mais específico na área da língua portuguesa, com foco na escrita e leitura. Logo, questões como: alfabetização eficaz e o bom uso da linguagem viraram o foco das análises e investigações, principalmente nos primeiros anos do aluno na escola, uma vez que a base poderia ter influência em toda a aprendizagem da criança. No entanto, os questionamentos não pararam por aí, tendo em vista que a educação oferecida influencia e impacta em todos os anos acadêmicos dos discentes, inclusive na universitária.

O que se percebe, então, é que o acesso ao ensino de qualidade, inclusive o de língua portuguesa está diretamente condicionado com o momento vivido e se estabeleceu de acordo com as condições políticas, sociais, econômicas e históricas em que fatores externos e internos determinaram seu ensino dentro das escolas, pois os grupos sociais a que cada classe pertencia dava o tipo de acesso para cada aluno em cada escola de acordo com as suas condições para seguir que era ofertado. Em outras palavras, cada estudante tinha a oferta da educação, mas nem todos conseguiam seguir com os estudos, pois a sua realidade social era diferente de outros mais privilegiados e, isso interferia diretamente no nível de formação de cada aluno os levando a concluírem apenas os anos obrigatórios deixando a educação para trabalhar e ajudar suas famílias no sustento da casa.

Os fatores internos também tiveram forte influência na história da educação, inclusive, no ensino da língua portuguesa, uma vez que o professor nem sempre foi capacitado de maneira eficaz, além de não ter condições de trabalho adequadas e a devida valorização enquanto profissional. Se não bastasse, o grau de aprofundamento em nosso país sobre a própria língua, a sua concepção e os instrumentos usados para o ensino da língua nem sempre foram objeto de interesse do poder público deixando o ensino sempre em segundo plano.

Buscando amenizar tais lacunas foi promulgada em dezembro de 2017, a versão final da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento resultante de quatro anos de debates com vários setores envolvidos na educação. Por ser um documento oficial do **Ministério da Educação (MEC)**, tem força de lei e deve ser cumprida.

Esse documento, de caráter normativo, define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua a Lei 13.005/2014, o PNE (Plano Nacional de Educação) (BRASIL, 2017, p. 7).

A BNCC traz referências nacionais para formulação do currículo das redes escolares do Estado, Distrito Federal e Municípios. Além disso, ajuda a integração, fortalecimento e colaboração entre as três esferas do governo a fim de manter a qualidade da educação no Brasil, e assim garantir acesso visando a sua permanência e o seu preparo para o exercício da cidadania.

No entanto, tal proposta não é inovadora, uma vez que a Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 205, já reconhecia a educação como direito fundamental compartilhado entre Estado, família e sociedade que deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394/96, também, em seu Artigo 9º descreve:

estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum (BRASIL, 1996; grifo nosso).

Nesse Artigo a LDB deixa claro, a importância das diretrizes e competências para o desenvolvimento dos currículos no Brasil. Todavia, vale destacar que o artigo 26 da LDB diz que os currículos destinados à Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio devem obedecer às características de cada localidade.

Outro documento importante para a educação, o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014, reiterou em seu texto a necessidade e a importância de se ter uma Base Nacional Comum Curricular para a educação brasileira, focando em estratégias, que melhorassem e ampliassem a qualidade da educação ofertada.

Portanto, ancorada nos documentos citados acima, inclusive os Parâmetros Curriculares Nacionais, a BNCC, definiu dez competências gerais que funcionam como um fio condutor para as aprendizagens. Essas competências são definidas como uma mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos) e as habilidades (práticas cognitivas e socioemocionais), que colaboram para que o aluno esteja preparado para resolver demandas complexas da vida, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

Assim, ao definir essas competências, a BNCC reconhecia os valores que deveriam ser firmados e, conseqüentemente, o estímulo que essas ações contribuiriam para uma vida em sociedade, ou seja, práticas e ações que estão alinhadas com as referidas pela Organização Das Nações Unidas (ONU).

Temos como as dez competências gerais da BNCC: conhecimento, pensamento científico, crítico e criativo, comunicação, cultura digital, trabalho e projeto de vida, argumentação, autoconhecimento, empatia e cooperação, responsabilidade e cidadania.

A BNCC, com foco na disciplina de Língua Portuguesa, propõe o desenvolvimento das capacidades envolvidas na produção, recepção, tratamento e análise das linguagens que contribuem para a participação significativa e crítica do aluno nas diversas práticas sociais de linguagem. Logo, busca sempre relacionar os textos a seus contextos de produção e o desenvolvimento de habilidades ao uso significativo de diferentes linguagens, nas mais variadas mídias. Além disso, ainda, leva em consideração a diversidade cultural com o intuito de garantir ao discente a ampliação do repertório e o convívio de maneira amistosa com o outro.

Com foco, ainda, no ensino de língua portuguesa, ela prega que a alfabetização deve acontecer nos primeiros dois anos do Ensino Fundamental com foco na apropriação do sistema alfabético da escrita em práticas de linguagem socialmente situadas. Entretanto, destaca que a alfabetização é trabalhada como um processo contínuo que deve ser consolidada até o 5º ano.

Percebe-se, ainda, que a BNCC dá uma maior atenção à leitura e à escrita, uma vez que enfatiza a produção de textos, a distinção entre fatos e opiniões, a

interpretação de textos e o pensamento crítico. Para tal intento, leva em consideração os gêneros e textos multissemióticos e multimidiáticos, que conseqüentemente, acarreta novas formas de produzir, de configurar, de disponibilizar, de replicar e de interagir.

É importante salientar que as habilidades estão associadas a eixos que correspondem a quatro tipos de práticas próprias dos diferentes usos da linguagem: leitura, produção de textos, oralidade e análise linguística/semiótica. Essas práticas, por sua vez, recebem ênfases diferentes, conforme o ano de escolarização.

A leitura tem como principal objetivo o desenvolvimento da interação ativa do leitor/ouvinte/espectador com textos escritos, orais e multissemióticos visando sua compreensão e interpretação.

A produção de textos, por sua vez, busca o desenvolvimento da autoria, individual e/ou coletiva, de textos escritos, orais e multissemióticos, com foco nos relatos cotidianos, líricos ou ficcionais, de maneira crítica.

A oralidade tem como premissa o desenvolvimento das linguagens que ocorrem nas situações orais, seja presencial ou não, como: participação em webconferências profissionais ou estudantis, seminários, palestras, declamação de poemas etc.

E, por fim, a análise linguística/semiótica visa o desenvolvimento da análise e avaliação, durante a leitura e a produção de textos (orais, escritos e multissemióticos), as composições dos textos, situações de produção e efeitos de sentido a fim de mobilizar conhecimentos ortográficos, sintáticos, discursivos etc.

Em síntese, a grande novidade apresentada pela BNCC em relação ao ensino de Língua Portuguesa é a ampliação do letramento, ou seja, os textos que os estudantes lidam no cotidiano, sejam como leitores ou produtores, são constituídos a partir de uma combinação de semioses ou de representações da linguagem que subverte os limites do texto verbal. São, de fato, textos que mobilizam recursos visuais, sonoros, táteis, linguísticos e paralinguísticos para produzir sentido. É através do domínio desses recursos que os estudantes terão condições de atuar, segundo a BNCC, em diversas esferas da atividade humana, representadas pelos campos da vida privada, da vida pública, das práticas de estudo e pesquisa e artístico-literário.

Apesar de adotar essas inovações, passados 20 anos desde a publicação dos PCNs e a apresentação das orientações contidas na Base Nacional Curricular Comum (BNCC), é possível verificar que há algumas semelhanças entre os dois

documentos, uma vez que na prática, os PCNs incentivavam a adoção de uma metodologia de ensino centrada no trabalho com gêneros textuais, a partir de uma abordagem articulada entre os eixos de ensino.

Nesse sentido, os alunos desenvolveriam as habilidades a partir de uma postura reflexiva diante dos usos linguísticos necessários para a construção de um repertório amplo e diversificado dos gêneros, apoiadores de suas interações sociais.

Assim como os PCNs, a BNCC defende que a análise do contexto de produção e de recepção dos mais variados gêneros textuais devem servir de alicerce para o desenvolvimento das competências que viabilizem o uso significativo da linguagem.

Portanto, o que se conclui com essa pesquisa é que o ensino de língua portuguesa no Brasil sofreu transformações lentas permanecendo até um pouco mais da primeira metade do século XX fadado a normas e regras gramaticais que, na maioria das vezes, podava o pensamento crítico e reflexivo dos estudantes. No entanto, a partir dos anos 80, diversas transformações e evoluções foram adotadas ocasionando a substituição de uma abordagem meramente estruturalista e prescritiva por uma discursiva e sociointeracionista que passa a ser inserida e organizada nos currículos, com o desenvolvimento dos materiais didáticos e produção de documentos orientadores e regulamentadores das práticas de ensino de língua materna. Tais evoluções por sua vez, tem apoiado cada vez mais os discentes que se encontram aptos a utilizar a linguagem de maneira crítica e significativa no âmbito social.

5. Considerações Finais

Com base nos estudos constatamos que, infelizmente, permanecemos muito tempo inseridos em um ensino de língua portuguesa voltado para o ensino com regras gramaticais, muito próximas aos moldes dos legados dos jesuítas, que a viam apenas como meio de produtividade e mão de obra capacitada. Logo, essa educação fragmentada gerou um sistema educacional desigual e diferenciado para cada nível social no país.

Constatamos, em nossos estudos, que a partir da década de 80, o processo do ensino e da aprendizagem começou a ser mais discutido sob a ótica da qualidade ofertada, com um olhar mais específico na área da língua portuguesa, com foco na

escrita e leitura. Logo, questões como: alfabetização eficaz e o bom uso da linguagem viraram o foco das análises e investigações.

Portanto, o que se conclui com essa pesquisa é que o ensino de língua portuguesa no Brasil sofreu transformações lentas permanecendo até meados do século XX fadado a normas e regras gramaticais que, na maioria das vezes, podava o pensamento crítico e reflexivo dos estudantes. No entanto, a partir dos anos 80, diversas transformações e evoluções foram adotadas o que ocasionou a substituição de uma abordagem meramente estruturalista e prescritiva por uma discursiva e sociointeracionista que foi inserida e organizada nos currículos, por meio do desenvolvimento dos materiais didáticos e produção dos documentos orientadores e regulamentadores das práticas de ensino de língua materna. Tais evoluções, por sua vez, tem apoiado cada vez mais os discentes com o uso de uma linguagem mais crítica e significativa no âmbito social.

Assim, o conceito antes atribuído ao domínio da norma padrão como garantia de bom desempenho linguístico cedeu lugar às necessidades impostas pelos usos sociais da língua, logo, a construção dos sentidos do texto assumiu um lugar de destaque nos ensinamentos e aprendizagens da língua portuguesa. Em síntese, o sistema educacional brasileiro, ainda, precisa encontrar maneiras de romper com as tradições impostas até agora, mesmo com a inserção da BNCC, e introduzir uma educação que realmente traga na prática um conhecimento integralizado em todas as esferas do educando a fim de, efetivamente, todas possam estar inseridos como cidadãos reflexivos e críticos no contexto social.

Referências

ANTUNES, Irandé. **Gramática contextualizada: limpando o pó das ideias.**

São Paulo: Parábola, 2014.

ADRIÃO, T. Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de “Sistemas de Ensino” por municípios paulistas. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 30, n. 108, p. 799-818, out. 2009. Disponível em BAGNO, M (Org.). **Língua materna: letramento, variação & ensino.** 2. ed. São Paulo: Parábola, 2003 [2001].

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LDB. 9394/1996**.

BRASIL, SEB/MEC. Parâmetros Curriculares Nacionais: língua portuguesa/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC / SEF, 1998

BRAIT, B. PCNs, gêneros e ensino de língua: faces discursivas da textualidade. In: ROJO, R. (Org.). **A prática da linguagem em sala de aula: praticando os PCNs**. São Paulo: EDUC – Editora da PUC-SP, 2000.

BRITTO, L. P. L. O ensino da leitura e da escrita numa perspectiva transdisciplinar. In: BAGNO, M et al. **Práticas de letramento no ensino: leitura, escrita e discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BRONCKART, J. P. **Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo**. São Paulo: Educ, 1999.

FARACO, C. A. **Linguagem & diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

FÁVERO, L. L. **As concepções linguísticas no século XVIII**. Campinas: Pontes, 1996.

GERALDI, J. W. **Portos de Passagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARCUSCHI, L. **A linguística do Texto: o que é e como se faz**. Recife: UFPE, 1983. (Série Debates, 1).

_____. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Gêneros Textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, A. e outros (Org.). **Gêneros Textuais e Ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

MEC (Ministério da Educação e do Desporto). Parâmetros Curriculares Nacionais. Língua Portuguesa. Brasília: MEC, 1999.

NEVES, M. H. de M. **Gramática na escola**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

PROENÇA FILHO, D. **Língua portuguesa, literatura nacional e a reforma de ensino**. Rio de Janeiro: Ed. Linceu, 1973.

ROMANELLI, O. **História da educação no Brasil**. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

SOARES, Magda. **Português na escola**: história de uma disciplina curricular. Materiais escolares: história e sentidos. Revista de Educação AEC. Brasília, vol. 25, nº 101, out/dez. de 1996.